

ZURICH AIRPORT BRASIL Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhores Acionistas,
A Administração da Aeroportos do Sudeste do Brasil S/A ("Concessionária" ou "Companhia"), Concessionária para operação dos Aeroportos de Vitória e Macaé, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, e auditadas por nossos auditores independentes.

1. Perfil Institucional

A Companhia detém concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") para expansão, manutenção e operação da infraestrutura aeroportuária do aeroporto de Vitória que está localizado na avenida Roza Helena Schoring Albuquerque, 856, Aeroporto, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo e do aeroporto de Macaé que está localizado na estrada Hildebrando Alves Barbosa, s/n, Parque Aeroporto, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, pelo período correspondente a 30 anos a contar da data de eficácia, dia 03 de outubro de 2019.

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia pertence à Zurich Airport Latin America Ltda. ("ZALA"), e faz parte do Grupo Zurich Airport. O Grupo Zurich Airport está atualmente envolvido na operação de 09 (nove) aeroportos em todo o mundo. Além do aeroporto de Zurique, a Empresa concentra investimentos na América Latina, onde atua nos aeroportos de Bogotá, Curaçao, Florianópolis, Vitória, Macaé, Belo Horizonte, Iquique e Antofagasta. Em 2019, a Grupo Zurich Airport ganhou a concessão para construir e operar o segundo aeroporto de Nova Delhi, na Índia. Com a missão de desenvolver negócios, pessoas e as cidades onde atuam, a Zurich Airport Brasil, formada pelos aeroportos de Florianópolis, Vitória e Macaé, procura oferecer um novo patamar de qualidade e gerar experiências incríveis para passageiros e visitantes.

Nossa visão é construir juntos os mais admirados, eficientes e surpreendentes aeroportos do Brasil, criando um excelente negócio ao acionista.

3. Destaques 2022

- Após os impactos da pandemia do COVID-19 nas operações da Companhia desde 2020, o ano de 2022 apresentou retomada dos fluxos, movimentando 2.668 passageiros em Vitória, aumento de 34% em relação a 2021. Em 2021 o movimento de passageiros foi de 1.988.
- Em 2022 a ASeB atingiu R\$55.031 de EBITDA, que representa uma margem de 46% sobre a Receita Líquida da Companhia. Em 2021 o EBITDA atingiu R\$30.741, com margem de 38%.
- A Companhia entrou junto a ANAC com o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão nº. 003/ANAC/2019 - Sudeste para o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro dos prejuízos causados pela pandemia do COVID-19 do período de 2020 e 2021. Em março de 2022 a ANAC decidiu pelo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato relativo ao exercício de 2020 no valor de R\$39.686 (na data base 31/12/2020). E em dezembro de 2022 foi obtida a decisão favorável do reequilíbrio econômico-financeiro relativo ao exercício de 2021 no valor de R\$50.189 (na data base 31/12/2021).
- Com o recebimento da Certificação Operacional do Aeródromo pela ANAC, que ocorreu em dezembro de 2021, não haverá necessidade de intervenções no lado ar do Aeroporto de Macaé para entrega da Fase I-B do Contrato de Concessão. Sendo assim, o prazo para entrega das obras passa a ser junho de 2025. Com isto, no primeiro semestre de 2022 a Companhia trabalhou na equalização técnica e financeira das propostas apresentadas e, após alguns ajustes no escopo do projeto apresentado, no Segundo semestre de 2022 foi realizada etapa de Pré-Construção com o desenvolvimento dos Projetos Conceituais e Estudos Ambientais para a construção de uma Nova Pista de Pouso e Decolagens, atendendo às obrigações do Contrato de Concessão e da especificidade das operações Offshore do Aeroporto. Atualmente a Companhia está em fase de negociação para contratação da Construção da Nova Pista de Pouso e Decolagens. A obra iniciará em junho de 2023 e finalizará em maio/25.
- O Grupo Zurich Airport Brasil foi reconhecido pelo segundo ano consecutivo pela consultoria global Great Place to Work como uma ótima companhia para se trabalhar.
- Em 2022, os três aeroportos do grupo tiveram posições destaque no Programa Aeródromos Sustentáveis da ANAC. Sendo os aeroportos de Florianópolis e Vitória, 2º e 3º lugar, respectivamente na avaliação de aeroportos Classe III e Aeroporto de Macaé em 2º na avaliação de aeroportos Classe I. Ainda foram concedidos demais prêmios aos aeroportos do grupo ZAB, como: 3º lugar no prêmio GRI Infra Awards 2022, e com os três aeroportos no pódio de suas categorias na premiação Via Viva do Ministério da Infraestrutura.

4. Perspectivas para 2023

- Retomada do volume de passageiros pré pandemia;
- A Zurich Airport Brasil continuará a desenvolver seus negócios comerciais em 2023. Isso para oferecer aos passageiros e visitantes uma experiência de compras mais ampla e desenvolver maior diversificação de receitas, reduzindo a dependência de passageiros.
- Além da oferta comercial, o foco é aumentar o número de serviços no aeroporto.
- Desenvolvimento de novos negócios no Real Estate.

5. Auditores Independentes

As demonstrações financeiras aqui representadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

6. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.
Vitória (ES)
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Blumenau, 28 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Fabiano Agostini
Auditores Independentes S/S Ltda. Contador CRC-SC-029999/O-8
CRC-SC-000048/F

Balanço patrimonial			
31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.600	34.385
Contas a receber	7	17.798	14.013
Tributos a recuperar	8	8.054	1.520
Despesas antecipadas	9	1.292	1.399
Outros créditos		339	355
Total do ativo circulante		74.083	51.672
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	6	240	-
Despesas antecipadas	9	14	10
Depósitos judiciais	23	48	-
		302	10
Imobilizado	10	514	594
Intangível	11	551.373	550.991
		551.887	551.585
		552.189	551.595
		626.272	603.267
Total do ativo não circulante			
Total do ativo			
		626.272	603.267
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	10.410	8.727
Empréstimos e financiamentos	13	117	110
Obrigações sociais e trabalhistas	14	1.687	1.071
Tributos a recolher	15	3.450	3.207
Partes relacionadas	16	682	667
Outros passivos	17	1.519	1.927
Dividendos a pagar	18	-	1.516
Total do passivo circulante		17.865	17.225
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	10.035	9.122
Tributos diferidos	22	1.528	1.051
Total do passivo não circulante		11.563	10.173
Patrimônio líquido	18		
Capital social		571.001	571.001
Reservas legal		2.231	319
Reserva de lucro		23.612	4.549
Total do patrimônio líquido		596.844	575.869
Total do passivo e patrimônio líquido		626.272	603.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado			
31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	131.918	90.248
Custo dos serviços prestados	20	(72.172)	(54.474)
Lucro bruto		59.746	35.774
Despesas administrativas, comerciais e gerais	20	(14.728)	(11.106)
Outras receitas/despesas operacionais	20	(273)	(480)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		44.739	24.188
Receitas financeiras	21	5.286	1.430
Despesas financeiras	21	(906)	(414)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		49.119	25.204
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(10.403)	(4.812)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(477)	(4.265)
Lucro do exercício		38.239	16.127
Lucro básico diluído por ação (em R\$)	24	0,06	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente			
31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Lucro do exercício		38.239	16.127
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		38.239	16.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
31 de dezembro de 2022 e 2021				
(Em milhares de reais)				
	Capital social		Lucro/prejuízo acumulados	
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucro
Saldos em 31 de dezembro de 2020	593.909	(22.908)	-	(9.743)
Lucro do exercício	-	-	-	16.127
Reserva legal	-	-	319	-
Reserva de lucro	-	-	-	4.549
Dividendos a pagar	-	-	-	(1.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	593.909	(22.908)	319	4.549
Lucro do exercício	-	-	-	38.239
Reserva legal	-	-	1.912	-
Reserva de lucro	-	-	-	19.063
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(17.264)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	593.909	(22.908)	2.231	23.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa		
31 de dezembro de 2022 e 2021		
(Em milhares de reais)		
	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.119	25.204
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	10.293	6.555
Baixa de ativo imobilizado e intangível	5.697	718
Provisão para risco de crédito	(7)	(3.005)
Juros e atualização monetária de empréstimos	1.801	2.241
Custo de transação empréstimos	-	(75)
	66.903	31.638
(Aumento)/redução nos ativos		
Aplicações financeiras vinculadas	(240)	-
Contas a receber	(3.778)	(245)
Tributos a recuperar	(6.533)	3.420
Despesas antecipadas	103	(184)
Outros créditos	(32)	(323)
(Aumento)/redução nos passivos		
Fornecedores	1.687	3.758
Partes relacionadas	15	134
Obrigações sociais e trabalhistas	616	(1.234)
Tributos a recolher	242	(1.808)
Outros passivos	(412)	1.434
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.403)	(4.812)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	48.168	31.778
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(77)	(261)
Aquisição de ativo intangível	(16.215)	(16.803)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(16.292)	(17.064)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento juros sobre o capital próprio	(17.264)	-
Pagamento de dividendos	(1.516)	-
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(881)	(794)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	(19.661)	(794)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.385	20.465
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	46.600	34.385
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	12.215	13.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado		
31 de dezembro de 2022 e 2021		
(Em milhares de reais)		
	2022	2021
1. Receitas	148.148	103.960
Receitas de serviços e cessão de espaço	137.191	92.341
Receita de linearização de contratos - IFRS 16	(999)	544
Receita relativa à construção de ativos próprios	12.258	8.965
Devoluções e cancelamentos	(30)	(415)
Outras receitas	(279)	(480)
Provisões para risco de crédito	7	3.005
2. Insumos adquiridos de terceiros	(59.361)	(46.792)
Custo dos serviços prestados	(39.102)	(28.997)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.951)	(6.929)

financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há instrumentos financeiros derivativos.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados. Em 31 de dezembro de 2022 há expectativa de perdas com risco de crédito no valor de R\$1.938 (R\$1.945 em 31 de dezembro de 2021).

ii) **Passivos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados a valor justo com contrapartida no resultado, e o empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os passivos financeiros da Companhia correspondem a empréstimos e financiamentos, fornecedores, impostos a pagar e outras obrigações. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

g) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Companhia são oriundas de:

i) **Receitas tarifárias**
A Concessionária obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pela ANAC através do anexo IV do contrato de concessão, iniciando a partir do quinto ano, através de taxas progressivas.

A Concessionária poderá, por meio de diferenciação das tarifas cobradas, praticar gerenciamento tarifário como forma de precificar os serviços prestados de maneira mais eficiente e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária.

Destacam-se as seguintes receitas tarifárias:

a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados dos passageiros e repassados pelas companhias aéreas referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas pela Concessionária para os passageiros.

b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços, equipamentos, instalações, e facilidades disponíveis para as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave.

c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado pela prestação de serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia a partir de três horas do pouso.

d) Tarifa de armazenagem e capatazia

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias no armazém de carga aérea do aeroporto.

ii) Receitas não tarifárias

A Companhia também obtém receitas explorando atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamento e outros serviços prestados às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Os preços estipulados nos contratos relativos à receita não tarifária não são regidos por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

iii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCP 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A administração da Companhia, através de estudo realizado não identificou margem de lucro nesta operação.

iv) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii) Ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflete o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

i) Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado

durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3. Principais políticas contábeis – Continuação

k) Provisões

General

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

l) Demonstrações do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

m) Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada segundo o CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

n) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com os impostos compreendem as parcelas correntes e diferidas. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionadas à: combinação de negócios, diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, ação baseado-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas

ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é aquele sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As demonstrações financeiras da Companhia não foram afetadas por esta alteração.

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração veta a dedução do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia não foram afetadas por esta alteração.

Referências à estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Leases, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. As demonstrações financeiras da Companhia não foram afetadas por esta alteração.

ii) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro). Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. A Companhia optou em não adotar a norma antecipadamente.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Com relação as alterações emitidas pelo IASB para o IAS 8, no qual introduziu a definição de estimativa contábeis. As alterações elucidam a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Ainda abordam como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A Companhia optou em não adotar a norma antecipadamente.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

As alterações emitidas pelo IASB em fevereiro de 2021 sobre o IAS1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, fornecendo guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia optou em não adotar as alterações antecipadamente.

g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	46.600	34.385
Contas a receber de clientes	17.798	14.013
Aplicações financeiras vinculadas	240	-
Fornecedores	10.410	8.727
Empréstimos e financiamentos	10.152	9.232
Partes relacionadas	682	667

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

i) Risco de crédito

Ocorre pela possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

ii) Risco de mercado

Possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas.

iii) Risco de gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, propor aos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

iv) Risco de liquidez

Representa o risco de a Concessionária não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela Companhia. O excedente de caixa disponível pela Concessionária é investido em aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valores.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa	46.600	34.385
Caixa e bancos	1.965	7.499
Aplicações financeiras	44.635	26.886
Total de caixa e equivalentes de caixa	46.600	34.385

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) entre 102% a 106% em 2022 (101,25% a 106% em 2021).

6. Aplicações financeiras vinculadas

De acordo com o contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, os recursos destinados aos quatro primeiros pagamentos devem ser alocados em contas bancárias específicas para esta finalidade. Os valores estão alocados em um fundo de investimento renda fixa remunerado DI e são remunerados com base no valor da cota do fundo.

	2022	2021
Aplicações financeiras vinculadas	240	-
Aplicações financeiras vinculadas	240	-
Total de aplicações financeiras vinculadas	240	-

7. Contas a receber

Abaixo está apresentada a composição dos saldos de contas a receber:

	2022	2021
Contas a receber	9.245	5.892
Tarifária	8.557	7.133
Não tarifária	1.934	2.933
Provisão para risco de crédito	(1.938)	(1.945)
Total de contas a receber	17.798	14.013

Contas a receber líquidas por vencimento

	2022	2021
A vencer	16.034	13.780
Vencidos:		
Até 30 dias	1.524	577
De 30 a 60 dias	429	114
De 60 a 90 dias	107	36
De 90 a 120 dias	93	58
De 120 a 150 dias	97	33
De 150 a 180 dias	50	10
Acima de 180 dias	1.402	1.350
Total	19.736	15.958

Movimentação da provisão para risco de crédito

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(1.945)	(4.950)
Adições	(821)	(3.362)
Reversão	828	6.367
Saldo no final do exercício	(1.938)	(1.945)

A Companhia realiza a linearização dos contratos de cessão de espaço precificados com valor mínimo e fixo, conforme IFRS 16/CPC 06 (R2) pelo prazo remanescente do contrato. A Companhia possui em 2022 o valor de R\$1.934 relativos à equalização dos contratos e abonos em 2022. Em 2021 o valor linearizado dos contratos era de R\$2.933.

8. Tributos a recuperar

	2022	2021
Tributos a recuperar	1.929	1.275
PIS e COFINS a recuperar	5.496	6
IRPJ e CSLL a recuperar	629	239
IRRF a recuperar	8.054	1.520
Total de tributos a recuperar	16.108	3.039

Os saldos de 31 de dezembro de 2022 se referem principalmente ao saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados ao final do exercício. Os saldos de PIS e COFINS são créditos sobre os investimentos, que são compensados a partir da amortização dos bens realizada pela curva de demanda.

9. Despesas antecipadas

	2022	2021
Despesas antecipadas	1.299	1.298
Seguros a apropriar	7	111
Demais despesas pagas antecipadamente	1.306	1.409
Total despesas antecipadas	2.612	2.818
Circulante	1.292	1.399
Não circulante	14	10

10. Imobilizado

a) Composição

	2022			
	Taxa anual de depreciação (%)	C		

(ii) Manter o índice de Patrimônio Líquido sobre Ativo Total ("PL/AT") maior ou igual a 20% (vinte por cento).

Até o atingimento do Completion/conclusão física do projeto e desde que atingidos os índices financeiros no exercício financeiro imediatamente anterior, reserva-se ao BNDES o direito de requerer reavaliação dos bens gravados, o que se dará por meio da apresentação anual do relatório de atingimento dos índices financeiros (ICSD e PLUAT), havendo ocorrido depreciação da garantia, esta deverá ser reforçada por meio:

(i) Da vedação integral à distribuição de dividendos e/ou quaisquer pagamentos ao acionista;

(ii) Do bloqueio da integralidade dos direitos cedidos na conta bloqueio, em caso de ICSD inferior a 1,2, na forma do Contrato de Cessão e Administração;

(iii) Da aceleração da liquidação da dívida, em caso de ICSD inferior a 1,1, mediante o pagamento de prestações de amortização de principal com os recursos constantes da conta bloqueio até que o ICSD atinja 1,3, calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas do ano anterior, e ajustado de forma a considerar o Serviço da Dívida após as amortizações realizadas pela aceleração da dívida.

Para a distribuição dos juros sobre capital próprio em 2022, a Companhia obteve waiver do BNDES alterando o limite de distribuição de 25% para 50%.

Para o exercício de 2022 a Companhia apresentou um ICSD positivo de 44,65 e em 2021 o indicador apurado foi 33,98 conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
a. EBITDA	55.031	30.741
b. Pagamentos IR/CS	(15.696)	(3.761)
c. Basis for calculation (a-b)	39.335	26.980
d. Debt service	881	794
e. DSCR (c/d)	44,65	33,98

O valor informado de R\$15.696 na linha pagamentos IR/CS referem-se aos valores que tiveram seus respectivos pagamentos dentro do exercício de 2022.

Em 2022 a Companhia apresentou o cálculo do Equity de 95%, mantendo o indicador apresentado em 2021, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
a. Ativo	626.272	603.267
b. Patrimônio Líquido	596.844	575.869
c. % of Equity > 20% (b/a)	95%	95%

Em 2022 a Companhia transacionou o valor de R\$9.391 com partes relacionadas, sendo o limite anual de transações partes relacionadas ("TPR") para 2022 de R\$10.000 corrigido pela inflação conforme termos dos incisos XIV e XIV.i da cláusula nota do contrato de financiamento, limite este atualizado pela Carta AST/ DEMOB de janeiro de 2022.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2022	2021
Obrigações sociais e trabalhistas		
Salários a pagar	306	-
Encargos a recolher	161	114
Participação nos lucros e resultados	440	372
Provisão de férias	780	585
Total de obrigações sociais e trabalhistas	1.687	1.071

A partir de janeiro de 2022 a Companhia passou a realizar o pagamento dos salários no primeiro dia útil do mês subsequente a competência.

15. Tributos a recolher

	2022	2021
Tributos a recolher		
IRPJ a Recolher	-	503
IRRF a recolher	168	90
CSLL a recolher	-	215
CSRF a recolher	195	115
PIS e COFINS a recolher	1.362	1.363
PIS e COFINS provisão	610	-
PIS e COFINS diferido	179	271
INSS retido a recolher	227	119
ISS a recolher	487	531
ISS provisão	222	-
Total de tributos a recolher	3.450	3.207

A Companhia possui mandado de segurança nº 5015465-03.2020.4.02.5001/ES emitido pela Justiça federal em 3 de novembro de 2020 favorável a exclusão do ISSQN da base de cálculo do PIS e COFINS, iniciando o cálculo a partir da apuração de novembro de 2020.

16. Partes relacionadas

	2022	2021
Partes relacionadas		
Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis	682	667
Total de partes relacionadas	682	667

A Companhia firmou contrato de rateio de despesas relacionadas a despesas de funcionários em cargos de gestão que prestam serviços para a Companhia administrada pelo Grupo Zurich Brasil, Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis. Em 31 de dezembro de 2022 o valor a pagar entre as partes era de R\$682, sendo R\$667 em dezembro de 2021.

17. Outros passivos

	2022	2021
Outros passivos		
Cauções em garantia	98	115
Adiantamento de clientes	673	607
Obrigações seguradoras a pagar	727	1.188
Repasses e taxa aeroportuários	21	17
Total de outros passivos	1.519	1.927

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Concessionária, em 31 de dezembro de 2022, está representado por 593.908.620 (quinhentas e noventa e três milhões, novecentas e oito mil, seiscentas e vinte) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Foram subscritos um montante de R\$593.909 tendo sido R\$571.001 integralizado e o montante remanescente de R\$22.908 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2024.

b) Reserva de lucros

Reserva Legal: A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme legislação societária e estatuto social vigentes. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. Ao final do exercício de 31 de dezembro de 2022, foi constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido no valor de R\$1.912, totalizando R\$2.231.

Reserva de lucro a realizar: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. A Companhia manteve em reserva de lucro o valor de R\$23.612, saldo remanescente após todas as destinações obrigatórias do lucro do exercício.

c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No ano de 2022, a Companhia optou em remunerar seus acionistas através de juros sobre o capital próprio no montante de R\$17.264, calculados conforme legislação vigente e pagos em dezembro de 2022. Através do waiver do BNDES, o limite para distribuição dos juros sobre capital próprio passou de 25% para 50%. Conforme artigo 30 do estatuto social da Companhia, os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

Em 2021 Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$1.516, conforme percentual de 25% obrigatório, apurados com base no lucro do exercício de 2021, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

19. Receitas operacional líquida

	2022	2021
Receita bruta tarifária	78.629	51.094
Receita bruta não tarifária	58.562	41.247
Receita linearização contratos - IFRS 16	759	2.759
Receita de construção - OCPC 05	12.258	8.965
Impostos sobre vendas	(16.502)	(11.187)
Devoluções e cancelamentos	(30)	(415)
Abonos linearizados	(1.758)	(2.215)
Total receita operacional líquida	131.918	90.248

Foram reconhecidos na linha de abonos linearizados os valores dos descontos concedidos aos cessionários linearizados pelo prazo remanescente de cada contrato, conforme previsto pela IFRS 16/CPC 06 (R2).

20. Custos de serviço e despesas gerais e administrativas

A Concessionária optou por apresentar a demonstração do resultado por função em 2022.

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações

contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2022	2021
Custo de construção	(12.258)	(8.965)
Salários, encargos e benefícios	(17.254)	(15.240)
Depreciação e amortização	(10.293)	(6.555)
Provisão de terceiros	(27.200)	(18.114)
Manutenção	(7.955)	(7.478)
Utilidades e serviços	(7.951)	(6.929)
Material de uso e consumo	(86)	(120)
Outros custos	(3.860)	(3.283)
Despesas com vendas	(50)	(1.901)
Provisão para risco de crédito (i)	7	3.005
Outras receitas/despesas operacionais	(279)	(480)
	87.179	(66.060)
Custos dos serviços prestados	(72.172)	(54.474)
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(14.728)	(11.106)
Outras receitas/despesas operacionais	(279)	(480)
Total	87.179	(66.060)

(i) O valor de provisão para risco de crédito apresentado de R\$7 positivo refere-se a reversão realizada em 2022 dos títulos que estavam reconhecidos em PRC, decorrente do trabalho de recuperação dos títulos realizado pela Companhia. Por conta deste fato, a linha de PRC teve o resultado líquido credor em 2022 e 2021.

21. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	4.908	1.040
Descontos obtidos	-	60
Juros ativos	275	304
Variação cambial ativa	103	26
Total receitas financeiras	5.286	1.430
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(572)	(161)
Variação cambial passiva	(14)	(102)
Impostos sobre operações financeiras	(320)	(151)
Total despesas financeiras	(906)	(414)
Resultado financeiro líquido	4.380	1.016

22. Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Diferenças temporárias	2.454	1.786
Diferenças capitalização empréstimos	(1.510)	(897)
Diferenças de taxa de amortização	(1.938)	(1.035)
Diferenças linearização - IFRS 16	(534)	(905)
Total de impostos diferidos	(1.528)	(1.051)

Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	49.119	25.204
Alíquota nominal - lucro real	34%	34%
Tributos apurados pela alíquota vigente	(16.701)	(8.569)
Efeitos fiscais sobre as adições e exclusões permanentes:		
Brindes	(22)	(17)
Despesas indedutíveis	(34)	(27)
Perdas	(17)	(646)
Juros sobre o capital próprio	5.870	-
Outros	24	182
Imposto de renda e contribuição social	(10.880)	(9.077)
Alíquota efetiva	22%	36%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.403)	(4.812)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(477)	(4.265)

23. Provisão para contingência

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, e de riscos fiscais. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos

assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui provisões constituídas para causas prováveis, mas há causas classificadas como possíveis de natureza trabalhista em R\$48 e de natureza tributária R\$83.999 a título de lançamento de imposto sobre a Propriedade Urbana ("IPTU") pela Secretaria Municipal da Fazenda de Vitória. Em dezembro de 2021 não existem causas de natureza provável. E de natureza possível havia R\$11.

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo contingente		
Trabalhista	48	11
Tributária	83.999	-
Total	84.047	11
	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Judiciais		
Trabalhista	48	-
Total	48	-

Os valores de depósitos judiciais correspondem ao processo trabalhista de número 0000632-83.2021.5.17.0004 do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo, classificada como possível em 31 de dezembro de 2022.

24. Lucro básico diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	38.239	16.127
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	593.909	593.909
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,06	0,03

25. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado as coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Garantia de execução contratual: assegura o cumprimento das obrigações descritas no contrato.

Risco operacional: garante cobertura contra perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados.

D&O: garante o pagamento de indenização, a título de perdas, devida a terceiros por conselheiros, diretores e/ou administradores, decorrente de uma reclamação ou pela sociedade, decorrente exclusivamente de uma reclamação de mercado de capitais.

Veículos: coberturas sobre os prejuízos causados por danos materiais ou corporais a terceiros.

Tipos de seguros	Importância segurada (R\$ mil)	Prazo de vigência
Risco operacional	836.745	01/10/2022 a 01/10/2023
Garantia de execução contratual - concessão	52.813	14/08/2022 a 14/08/2023
Garantia de execução contratual - energia	720	01/01/2021 a 31/01/2024
D & O	40.000	13/05/2022 a 27/02/2022 a 26/02/2023
Veículos - operacional	500	14/12/2022 a 16/03/2023
Responsabilidade civil	20.000	11/02/2022 a 11/02/2023
Operação de drone	1.196	
Tipos de seguros	Importância segurada (USD mil)	Prazo de vigência
Responsabilidade Civil	500.000	01/10/2022 a 01/10/2023



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 25/04/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB

Acesse: <https://verificador.iti.gov.br/> caso deseje validar a assinatura!

466 ZURICH - BALANCO.pdf

Código do documento: 466



Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

Certificado Digital

E-mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Registro de Eventos:

25 abr. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 466

Criado por: Mariana Melim. **E-mail:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2023-04-24T21:01:00-0300

25 abr. 2023, 00:02:00 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-04-24T21:02:00-0300

25 abr. 2023, 00:02:03 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

E-Mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
CONSULTI BRASIL RFB

DATE_ATOM: 2023-04-24T21:02:03-0300

Hash do documento original

[SHA256]: 328654920188e03c07c67eb5e72cfa9cce9ef9f1bd02cbac5431dec6d1927a17

[SHA512]: cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB